A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NO BRASIL: DESAFIOS, PERSPECTIVAS E O PAPEL TRANSFORMADOR DA PRÁTICA DOCENTE

LUÍS ROBERTO BISPO

RESUMO
A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil representa um pilar fundamental para a promoção da equidade social e a garantia do direito à educação ao longo da vida. Este artigo analisa o panorama atual da EJA no país, destacando seus principais desafios, as perspectivas de avanço e, crucialmente, o papel transformador da prática docente neste contexto. A pesquisa aborda as barreiras que historicamente afastam jovens e adultos dos bancos escolares, como a disparidade socioeconômica, a falta de flexibilidade curricular e a desvalorização profissional dos educadores. Simultaneamente, explora as inovações pedagógicas e as políticas públicas recentes que buscam revitalizar essa modalidade de ensino. Argumenta-se que o professor da EJA não é apenas um transmissor de conteúdo, mas um agente de mudança social, cuja atuação pedagógica deve ser pautada pelo diálogo, pelo reconhecimento dos saberes prévios dos alunos e pelo desenvolvimento do pensamento crítico. Conclui-se que, para a EJA cumprir seu potencial emancipatório, é imprescindível um investimento robusto em formação continuada de professores, infraestrutura adequada e currículos que dialoguem com a realidade e os interesses dos estudantes, garantindo, assim, que a educação seja uma ferramenta efetiva de inclusão e transformação social.
PALAVRAS-CHAVE: Adultos; Inclusão; Infraestrutura; Jovens; Revitalizar.

1. INTRODUÇÃO

O direito à educação é um preceito universal e fundamental para o pleno exercício da cidadania e para o desenvolvimento socioeconômico de qualquer nação. No Brasil, embora a Constituição Federal de 1988 garanta a educação como um direito público subjetivo para todos, a realidade histórica do país é marcada por profundas desigualdades educacionais, que resultaram na exclusão escolar de milhões de jovens e adultos. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) emerge, nesse cenário, não apenas como uma modalidade de ensino compensatória, mas como um pilar essencial da educação básica, concebida para oferecer oportunidades de escolarização àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos na idade regular.

A relevância da EJA transcende a mera correção de fluxos educacionais. Ela se insere em um contexto de transformação social contínua, onde a aprendizagem ao longo da vida se torna um imperativo para a inserção digna no mundo do trabalho e para a participação ativa na sociedade contemporânea. No entanto, apesar de sua importância estratégica, a EJA no Brasil enfrenta uma série de desafios estruturais e conjunturais que comprometem sua eficácia e seu alcance. A evasão escolar, a inadequação curricular, a falta de financiamento e a carência de políticas públicas perenes são obstáculos persistentes que demandam análise aprofundada e soluções inovadoras.

Central para a superação desses desafios é a figura do docente. O professor que atua na EJA desempenha um papel que vai além da mediação pedagógica convencional. Sua prática docente, quando contextualizada e dialógica, possui um potencial transformador capaz de ressignificar a experiência escolar para alunos que trazem consigo um repertório de vida vasto e, muitas vezes, marcado por vulnerabilidades.

Diante desse panorama, o presente artigo tem como objetivo analisar os desafios e perspectivas da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, com um enfoque particular no papel crucial e transformador da prática docente. A discussão perpassa a identificação das principais barreiras que impedem a consolidação da EJA como uma política de Estado efetiva, explora as perspectivas de inovação e, fundamentalmente, argumenta que o sucesso dessa modalidade depende, em grande medida, de um corpo docente valorizado, capacitado e comprometido com uma pedagogia que reconheça e capitalize os saberes e as realidades dos estudantes adultos.

2. Desenvolvimento

2.1 O Contexto Histórico e a Configuração Atual da EJA no Brasil

A trajetória da EJA no Brasil reflete as contradições do desenvolvimento nacional. Historicamente, as iniciativas de educação de adultos estiveram atreladas a projetos pontuais, muitas vezes com caráter assistencialista ou de alfabetização funcional rápida, como o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) nas décadas de 1960 e 1970. Somente com a Constituição de 1988 e, posteriormente, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, a EJA foi formalmente reconhecida como uma modalidade da educação básica, com o direito de gratuidade garantido e a responsabilidade compartilhada entre Estados e Municípios.
A configuração atual, no entanto, ainda enfrenta a herança histórica da exclusão. Dados recentes demonstram que, embora haja avanços na redução das taxas de analfabetismo absoluto, milhões de brasileiros maiores de 15 anos não concluíram o ensino fundamental ou médio. A EJA opera, majoritariamente, em períodos noturnos e com currículos condensados, o que levanta questões sobre a qualidade e a profundidade da aprendizagem oferecida. A ausência de um sistema de financiamento específico e robusto, frequentemente diluído no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), é um gargalo que limita a expansão e a qualidade da oferta.

"A EJA deve ser entendida como um direito inalienável
e não como um favor, um serviço, ou uma 'segunda chance'
de que o poder público abre mão ao 'cortar' orçamentos"
(Freire , 1996 apud Di Pierro, 2001, p. 120).

2.2 Desafios Estruturais e a Complexidade da Permanência

Os desafios da EJA são multifacetados. O primeiro deles é a permanência dos estudantes. As taxas de evasão são alarmantes e resultam de uma conjunção de fatores que vão além da esfera pedagógica. O aluno da EJA é, frequentemente, um trabalhador com jornada dupla ou tripla, que concilia estudos com responsabilidades familiares e profissionais. A falta de transporte público adequado, a violência urbana e a carência de políticas de assistência estudantil (como creches noturnas para filhos dos alunos) são barreiras concretas que impactam diretamente a frequência e a conclusão dos cursos.
Outro desafio crucial é a adequação curricular. Muitas vezes, o currículo da EJA é uma mera transposição do ensino regular diurno, desconsiderando a especificidade do público adulto, que traz consigo vasta experiência de vida, saberes acumulados e necessidades de aprendizagem imediatas e práticas. Essa desconexão entre o que é ensinado e a realidade do aluno gera desinteresse e desmotivação, culminando na evasão.

Os professores que trabalham na educação de Jovens e Adultos [...]
não possuem formação específica"
(Haddad; Di Pierro, 1994, apud SOARES; Simões, 2004, p. 6540).

2.3 Perspectivas de Inovação e o Potencial das Metodologias Ativas

Apesar dos desafios, a EJA apresenta perspectivas promissoras, especialmente com o avanço das tecnologias de informação e comunicação (TICs) e a adoção de metodologias ativas. A educação a distância (EAD) na EJA, quando bem implementada e com suporte pedagógico adequado, pode ser uma alternativa viável para flexibilizar o acesso e o tempo de estudo, atendendo à demanda por horários adaptáveis.
As metodologias ativas, que colocam o estudante como protagonista do processo de aprendizagem (como a aprendizagem baseada em projetos e a sala de aula invertida), alinham-se perfeitamente à proposta pedagógica freireana, que defende a educação como prática da liberdade e a valorização do saber popular. Essas abordagens estimulam o engajamento, o pensamento crítico e a relevância social do conteúdo aprendido.

"As metodologias ativas envolvem o estudante no processo de aprendizagem,
tornando-o protagonista, o que é fundamental para a EJA,
onde a experiência de vida dos alunos deve ser o ponto de partida"

(BACICH; MORAN, 2018, apud SILVA, 2021, p. 45).

2.4 O Papel Transformador da Prática Docente na EJA

O sucesso da EJA depende, fundamentalmente, da atuação do professor. O docente da EJA não lida com alunos em formação inicial, mas com sujeitos que já têm uma identidade social e profissional consolidada, embora, muitas vezes, fragilizada pela baixa escolaridade formal.

A prática docente transformadora na EJA exige:

Escuta Ativa e Diálogo: O professor deve ser um mediador que ouve e valoriza a experiência do aluno, estabelecendo uma relação horizontal de respeito mútuo e troca de saberes, conforme preconizado por Paulo Freire.

Contextualização e Interdisciplinaridade: A aprendizagem deve partir da realidade vivida pelos alunos. A matemática, por exemplo, pode ser ensinada a partir do orçamento doméstico; a geografia, a partir dos deslocamentos urbanos diários.

Formação Continuada Específica: É imperativo que os sistemas de ensino ofereçam formação continuada que prepare os educadores para as especificidades psicossociais e pedagógicas da andragogia (educação de adultos), que difere da pedagogia tradicional infantil ou juvenil. A valorização profissional e a estabilidade na carreira também são essenciais para fixar bons profissionais na modalidade.

A prática docente na EJA tem o potencial de não apenas certificar saberes formais, mas de restaurar a autoestima, empoderar os alunos e fornecer as ferramentas necessárias para que eles transformem suas próprias realidades e a de suas comunidades.

2.5 A EJA como Ferramenta de Inclusão Social e Resgate da Cidadania

A função social primordial da EJA reside na garantia do direito à educação para uma parcela significativa da população que foi historicamente excluída do sistema educacional formal. Em 2023, por exemplo, 9,1 milhões de brasileiros abandonaram a escola sem terminar o ensino básico, muitas vezes por razões socioeconômicas, como a necessidade de trabalhar. A EJA atua diretamente nesse déficit, promovendo a democratização do acesso ao conhecimento e à formação pessoal.

A conclusão dos estudos na EJA vai além da aquisição de habilidades de leitura, escrita e matemática básica. Ela promove o empoderamento dos indivíduos, oferecendo ferramentas para que compreendam melhor o mundo em que vivem, participem mais ativamente da sociedade e tenham suas vozes ouvidas. A educação liberta e permite a objetivação da transformação social, como defendia Paulo Freire.

Para as mulheres, a EJA tem um impacto social ainda mais profundo. Dados do IBGE mostram que, em 2023, uma em cada quatro mulheres de 15 a 29 anos não estudava nem estava ocupada, o que evidencia a vulnerabilidade desse grupo e a importância da EJA como via de acesso à qualificação e autonomia.

A EJA é a principal política de combate ao analfabetismo no Brasil. Embora as taxas de alfabetização tenham melhorado nas regiões Sul e Sudeste, o desafio permanece em nível nacional, especialmente entre a população mais velha e nas regiões mais carentes. EJA, portanto, desempenha um papel vital na redução das desigualdades educacionais, que são a base de muitas outras iniquidades sociais no país.

O fechamento de salas da Educação de Jovens e Adultos (EJA) pelo Estado de São Paulo

O fechamento de salas da Educação de Jovens e Adultos (EJA) pelo Estado é uma questão complexa que envolve a redução de matrículas, a reestruturação da rede de ensino e um impacto social significativo, sendo alvo de críticas por especialistas e defensores da educação.

A diminuição da oferta de salas da EJA, especialmente no período noturno, tem sido uma tendência em diversos sistemas estaduais, como em São Paulo, onde a rede estadual perdeu 13,84% das turmas noturnas de ensino regular e EJA em um ano. Entre 2020 e 2023, a EJA presencial no estado perdeu 61,9% das matrículas.

As justificativas oficiais, frequentemente, ba-

seiam-se na queda da demanda e na otimização de recursos. A Secretaria de Educação de SP, por exemplo, afirmou que alunos de unidades sem número suficiente de matrículas seriam transferidos para outras escolas com transporte garantido, se necessário. No entanto, especialistas argumentam que essa "queda de demanda" é, muitas vezes, um reflexo da falta de políticas de busca ativa e incentivo à permanência, e não da ausência de interessados.

O fechamento das turmas gera uma série de consequências negativas:

Evasão Escolar: A principal causa de evasão na EJA está ligada à dificuldade de conciliar trabalho e estudo, além do cansaço. A redução das opções de estudo no período noturno, que é o mais viável para a maioria dos adultos trabalhadores,agrava esse problema.

Desigualdade Educacional: O Brasil ainda possui milhões de adultos sem a conclusão do ensino básico. A diminuição da EJA nega o direito à educação para essas pessoas, perpetuando ciclos de desigualdade social e econômica, já que a educação é um fator chave para melhores oportunidades de trabalho.

Precarização do Trabalho Docente: O fechamento de salas também resulta na demissão ou remanejamento de professores, prejudicando a estabilidade da categoria e o planejamento pedagógico.

Comprom comprometimento do Direito à Educação: Para ativistas e educadores, o fechamento de salas da EJA é visto como um "desmonte" das políticas públicas voltadas para essa modalidade de ensino, o que levou a protestos e audiências públicas em defesa da EJA.

A crise da EJA é complexa, com a modalidade perdendo 97% de seus recursos em alguns casos e atingindo o menor nível de matrículas da história do Brasil em 2024. Para reverter esse cenário, é fundamental a implementação de políticas públicas eficazes, como programas de acolhimento, merenda escolar, e a adaptação dos métodos de ensino às necessidades dos alunos adultos, que frequentemente chegam com baixa autoestima e desafios práticos de vida. O fortalecimento da EJA exige um compromisso político em garantir o acesso e a permanência desses estudantes na escola.

"A EJA deve possibilitar aos sujeitos a construção de novos conhecimentos
e o desenvolvimento de habilidades que lhes permitam a reinserção social
e a conquista da cidadania" (ARROYO, 2000, apud Gadotti; Romão, 2004, p. 15).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil transcende a mera oferta de escolarização tardia; ela é um pilar fundamental da justiça social e do desenvolvimento nacional. A análise dos desafios, perspectivas e do papel transformador da prática docente revela um cenário de urgência e, paradoxalmente, de esperança. Os dados recentes, que apontam para uma contínua redução de matrículas e fechamento de turmas — como as quase 150 turmas noturnas e EJA planejadas para fechamento em São Paulo em 2025 —, não indicam uma diminuição da necessidade, mas sim o aprofundamento de falhas estruturais nas políticas públicas e no financiamento.

O principal desafio reside na descontinuidade das políticas públicas e na percepção da EJA como uma modalidade secundária ou emergencial, e não como um direito inalienável. O Brasil ainda abriga milhões de adultos sem a conclusão do ensino básico. A "demanda" que diminui nas estatísticas oficiais é, em grande parte, o resultado da falta de programas de busca ativa e de condições materiais que permitam ao trabalhador conciliar estudo, emprego e família. A evasão escolar, persistente e agravada por crises como a pandemia de COVID-19 que cortou recursos e acesso ao ensino remoto, expõe a vulnerabilidade de um público que necessita de flexibilidade e apoio.

Nesse contexto, o papel transformador da prática docente emerge como um elemento crucial. O professor da EJA não é apenas um transmissor de conteúdo; ele é um mediador entre o saber formal e a vasta bagagem de vida, a experiência e os anseios do aluno adulto. A prática pedagógica eficaz na EJA exige flexibilidade, contextualização curricular e o uso de metodologias que valorizem a autonomia e a identidade desses estudan-

tes.

A perspectiva de um futuro mais justo para a EJA depende, intrinsecamente, da superação da visão assistencialista e da implementação de um sistema nacional de educação robusto, que integre todos os brasileiros de todas as idades. Iniciativas, como a do MEC em 2025 de fornecer livros didáticos e materiais suplementares específicos para a modalidade, são passos na direção certa, mas insuficientes sem um investimento financeiro proporcional e a garantia de acesso.

O compromisso com a EJA é, em última análise, um compromisso com o desenvolvimento humano e a redução das desigualdades. Requer um pacto social e político que reconheça o direito à aprendizagem ao longo de toda a vida. A transformação almejada não virá apenas de novas tecnologias ou currículos, mas da convicção de que cada adulto que retorna à escola carrega consigo a possibilidade de reescrever sua história e a de sua comunidade. Garantir esse direito é um dever ético e um investimento estratégico para o Brasil.

REFERÊNCIAS

Freire, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 56. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2018. (Obra essencial para entender a prática educativa libertadora).

Freire, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (Discute a educação como ferramenta de conscientização e transformação social).

Freire, Paulo; Shor, Ira. Medo e ousadia: o cotidiano do professor. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001. (Aborda os desafios práticos e éticos da docência).

Gadotti, Moacir. [Prólogo: el proyecto utópico de Freire]. In: LENS, José Luís. Paulo Freire: su práxis pedagógica como sistema. Buenos Aires, Argentina: Yagüe Ediciones, 2001.

Paiva, Vanilda Pereira. Educação popular e educação de adultos. São Paulo: Loyola, 2012. (Análise histórica e conceitual da educação popular no Brasil).

DI Pierro, Maria Clara. Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil. Educação e Sociedade, Campinas, vol. 26, n. 92, p. 1115-1139, out. 2005. (Artigo crucial para entender as mudanças de rumo da EJA nas últimas décadas).

Haddad, Sergio; Di Pierro, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. [Artigo/Capítulo]. Brasília: INEP, 2000. (Disponível em publicações e documentos oficiais do INEP).

MEC/SECAD/UNESCO. Formação de educadores de jovens e adultos. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. (Material de referência para a formação de professores da EJA).

Oliveira, Marta Kohl de. Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem. Anais da 22ª Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, 1999. (Destaca a especificidade do público da EJA)